

**Belém, uma história Ambiental: Representações da Natureza na capital paraense  
(1897 a 1902)**

TUNAI REHM COSTA DE ALMEIDA\*

No imaginário popular paraense os momentos derradeiros do século XIX foram anos prodigiosos devido uma longínqua e afortunada “Era da Borracha”. Foi um período pródigo e faustoso, de grande riqueza material e alto investimento no desenvolvimento urbano<sup>1</sup>. Esta visão estaria circunscrita na própria lógica criada pelos agentes republicanos daquela época, pois visavam reproduzir uma *belle époque* em terras amazônidas tal como Haussman teria feito em Paris, capital francesa.

A capital paraense, por esses tempos, conseguiu avultosos lucros auferidos, entre outros fatores, pela economia gomífera que, desde meados do século XIX, representava boa parcela das exportações paraenses. É importante salientar que, apesar disso, muitos produtores mantiveram seus investimentos ainda em outros gêneros, tal como, a agropecuária, o arroz, o cacau e etc.(MARINHO, 2010). Desse modo é possível estabelecer um panorama econômico vivenciado naquele momento em que a cidade de Belém sobrevivia muito em face de uma íntima relação com o extrativismo, seja ele de produtos agrícolas ou mineradores.

Através do campo econômico é possível compreender uma notável relação com o meio natural. Contudo, tal relação não pode ficar restrita exclusivamente a essa seara. Nesse bojo, o livro da historiadora Maria de Nazaré Sarges, *Belém: Riquezas Produzindo a Belle Époque* (2010), nos elucida que os grupos que lucravam com a borracha exigiam transformações na esfera social, o ideal de modernização funcionaria como uma forma de devolver os investimentos feitos por seringalistas, comerciantes e financistas (SARGES, 2010: p. 29).

É possível notar uma ampliação dessa interação através do projeto político que fora engendrado pelo então Intendente, um dos mais notórios políticos desta época, Antônio Lemos. Seu mandato, ao que equivaleria hoje chamar de prefeito, perdurou dos anos de 1897 até o ano de 1911, sendo, praticamente, expulso da cidade por populares, possuindo inclusive,

---

\*Mestrando do PPHIST/UFPA (Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará).

<sup>1</sup> Fábio de Castro em *Cidade Sebastiana*, escreve acerca dessa saudade que se sente acerca do passado idealizado. Através de sua obra, visa compreender o que faria com que as pessoas sentissem a falta desse passado não vivido. Assim, a partir de uma concretude material e um delírio fantasmático compreender a realidade imaginada. IN: CASTRO, Fábio Fonseca de. *A Cidade Sebastiana. Era da Borracha, Memória e melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade*. Belém, Edições do autor, 2010.

sua casa incendiada pelo hostil grupo de pessoas que o acuou. Por mais que tenha sido o idealizador de vistosas mudanças no cenário da Belém de *fin du siècle*, o político maranhense não foi um inovador, apesar de sua fama perpetuada, não fora pioneiro nas intervenções urbanas. No entanto, teve como mérito perceber a necessidade de adequar os modelos anteriormente concebidos da Europa ou até mesmo na Argentina, aos padrões de Belém, essa cidade na floresta. Tal perspectiva pode ser evidenciada em sua fala, quando afirma que

*“Ainda uma vez ser-me-á consentido fazer notar que não raro os poderes públicos têm necessidade de empregar meios de extrema energia, no interesse do embellezamento urbano. Como exemplos, citarei apenas o proceder de Haussmann, em Paris, a cujos esforços a grande capital franceza deve a transformação de innumeros bairros; e as medidas usadas pela municipalidade de Buenos-Aires, para obrigar á construcção de palácios na avenida de Maio.”*(BELEM: 1902, p.192a)

Existia assim, uma clara preocupação em seguir padrões já produzidos em outros lugares, em especial a Paris de Haussman, símbolo do fausto ensejado. Seria seu desejo ainda, estruturar a capital a fim de torna-la um lugar mais aprazível e bem desenvolvido. Nessa empreitada os conceitos de modernização, beleza, saneamento, progresso e natureza se articulam no discurso oficial que primava por uma grande capital nos trópicos. Suas ruas receberiam o “benefício da arborização”, suas praças uma reestruturação e ornamentação, ao bosque municipal seria destinada uma reforma, e ainda, Bulevares, casas de jogos e etc.

Essa cidade nascida em meio à floresta, de rios singrados e igarapés aterrados, apresenta uma insólita relação entre o homem e o meio natural. Belém se tornou a “Cidade das Mangueiras”. Seus famosos corredores com arcos de árvores ainda podem ser encontrados pela região central da capital paraense. Avenidas como a antiga São Jerônimo e atual Governador José Malcher, a Presidente Vargas, Nazaré e Magalhães Barata, as praças da República ou Batista Campos, ainda hoje, nos possibilitam avistar e ter uma noção do que fora pensado em um projeto político para se fazer desta uma grande capital moderna. Em 1902, Antonio Lemos, através da divulgação do relatório da sua gestão, relata que o “aspecto das amplas vias publicas é cada dia mais agradável á vista”, justifica o aprimoramento estético “pelo desenvolvimento gradual das plantas de que são dotadas”. Através de suas palavras, cria-se noção de suas intenções com uma política verdejante e do papel desempenhado pela vegetação que ornamentariam as ruas da cidade (BELEM, 1902: p. 192a).

Apesar de dar nova cara ao plano central do meio citadino, o plano urbanístico traçado para Belém promoveu mudanças significativas para as classes menos abonadas que, tal como a elite da época, também sonhavam em desfrutar o fausto propalado pelos governantes. No entanto, foram contempladas com sua desvalorização, e uma saída coercitiva do centro para as periferias da capital, tal como ocorrera no Rio de Janeiro com Pereira Passos (com a famosa política do bota abaixo) e em outras capitais como Manaus, Recife e Fortaleza. Assim, os administradores, sem se importar com a parcela desprivilegiada da população, possuíam o objetivo de colocar suas capitais e conseqüentemente o Brasil, nos trilhos do progresso com destino a civilização ( COSTA & SCHWARZ , 2000: 176).

Nessa medida, são notórias as transformações ocorridas essencialmente no plano central de Belém. Afinal, seria a força motriz que lançaria as bases da cidade como uma capital da modernidade. Por isso mesmo, nesse plano, as classes laboriosas, esteticamente inapropriadas, seriam alijadas de um meio onde predominariam pessoas de estirpe e distinção que seguiriam os preceitos de um Código de Posturas produzidos pela municipalidade lemistá. Sarges aponta a necessidade de findar a imagem de Belém suja, promíscua. Para isso, fazia-se necessário educar a população, construir uma consciência coletiva em que o embelezamento da cidade tornava-se a tônica do processo (SARGES, 2010).

Mas, apesar das preocupações elitistas dos grupos mais abastados, a cidade de Belém, como outras capitais, sempre foi um espaço pelo qual circulavam os mais variados grupos de pessoas. Exemplo disso são as praças e bosques, alvos de reclamações contra grupos chamados de vadios ou ociosos, que perturbavam a paz dos moradores das redondezas e ruas adjacentes (FOLHA DO NORTE, 1900: 2a). Dando mostra de um olhar civilizador da sociedade, Lemos cria o Código de Polícia municipal a fim de mudar comportamentos, criar padrões civilizatórios<sup>2</sup>. Estas contradições seriam constantes nas capitais europeias ou brasileiras que cresciam na virada do século XIX para o XX. Assim enfatiza Maria Stela Bresciani quando escreve que Londres, por exemplo, tinha “numerosas ruelas de casas miseráveis” que “entrecruzam-se com as ruas largas das grandes mansões e os belos parques públicos” (BRESCIANI, 2004: 26).

---

<sup>2</sup> O Código de polícia municipal visava criar determinado controle da sociedade, sendo instituído através da Lei nº276, de três de Julho de 1900 exigindo que os populares agissem com determinadas regras interferindo dessa maneira diretamente na vida da população.

O meio citadino, em todo seu contraste, apresenta o aspecto natural entremeado por pessoas dos mais diferentes níveis pecuniários, sociais e culturais. Isso nos permite pensar que a natureza enquanto corpo isolado não é nada mais, senão, uma concretude material. Afinal, o ser humano está eivado de valores mesmo antes de conhecer o próprio objeto, no caso, a natureza. De tal maneira, deve-se compreender que quem dá sentido a ela são os homens, e eles como filhos de sua época, criam um conceito historicamente construído a partir de sua posição na linha do tempo e o meio em que estão inseridos. Destarte, “os sentidos dados a ela [a natureza] são criações culturais pelas várias sociedades ao longo do tempo e nas mais diversas partes do mundo. Assim não há “o Homem” ou “a Natureza (DUARTE, 2005: 78).

No presente artigo, visou mostrar a representação da natureza através de três elementos (a água, os animais e as áreas verdes) que, no momento circunscrito, tiveram papel essencial dentro de uma lógica de modernização nos trópicos impetrada pelas autoridades políticas. Afinal, não é possível dissociar a natureza da sociedade em que estamos inseridos, como diria Donald Worster (1991: 199): “a história ambiental rejeita a premissa convencional de que a experiência humana se desenvolveu sem restrições naturais, (...) de que as consequências ecológicas dos seus feitos passados podem ser ignoradas”. Para tanto, utilizo do conceito de Representação de Roger Chartier (1990: 18), compreendendo enquanto “matrizes de discursos e práticas diferenciadas” que, segundo o historiador “tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades”. Desse modo, intenciono através das falas de populares, autoridades políticas e da própria legislação, inferir quais as multifacetadas representações acerca da natureza que podem nos são apresentadas nesse momento na capital paraense.

### **As águas**

A Amazônia se situa em toda sua extensão entremeada por grandes rios, vazantes e adjacentes. De qualquer modo, no meio dessa aventura, situa-se a cidade de Belém. Outrora pensada como a Veneza nos trópicos, onde, talvez possa ter sido imaginado, gondoleiros percorrendo com suas embarcações os sinuosos alagadiços da cidade velha. Quem sabe, pudesse ter sido a visão de enamorados dos séculos passados. Contudo, embora essa “cidade das mangueiras” não tenha se tornado Veneza, até hoje há uma intensa relação entre a população e as águas.

Segundo Silva (2009) até o início do século XIX não havia uma profunda discussão que pusesse como epicentro a canalização da água em Belém. Isso mostra a despreocupação na lida, e ainda, e a forma que seria vista sem grandes preocupações com enfermidades ou o destino das mesmas. O historiador acrescenta que existiriam três motivos que levariam tal situação: a geografia da cidade não ser contemplada por um alto valor demográfico e possuir pequenas dimensões; outro fator seria a grande quantidade de poços, rios e fontes naturais tornaria dispensável a canalização; e ainda, o processo tecnológico relacionado à hidráulica que não teria difusão ou ganho maior popularidade pelas terras tropicais.

A historiadora Conceição Almeida (2010) quando discute a lida da com a água na segunda metade do século XIX, enfatiza que, nesse momento, autoridades intencionavam promover uma espécie de modernização e adequação da cidade a padrões considerados mais adequados. Para tanto, seria necessário o escoamento da mesma destinando-a a um lugar que não provocasse incomodo ou alguma forma de contenda. Fazia-se a precisão do encanamento da água, assim, mantendo-a sempre limpa, confortando a população e oferecendo um serviço ao mesmo tempo imprescindível e seguro, além de livre de intempéries, o que atenuaria o risco de doenças aos seus consumidores.

É possível constatar a preocupação da Intendência com os serviços oferecidos à população através da própria legislação. Em seu relatório, a Intendência apresenta a Lei n.º 229 de 13 de Junho de 1899 que, dentre outras medidas, autorizava o serviço de “instalação de poços artesianos nos locais mais apropriados” e ainda a “desapropriação de um ou mais mananciais na sede da capital” (BELEM, 1902: 102-103a).

Embora os avanços técnicos vivessem a aurora dos tempos modernos, com relativo desenvolvimento, a qualidade da água que seria oferecida a população estaria baseada em medidas que poderiam ser percebidas a olho nu, sem grandes tecnologias. Segundo Conceição Almeida (2010: 149) esse padrão de qualidade se verificaria através de características como a ausência de cheiro, gosto e na transparência da mesma em que não se pudessem verificar quaisquer resíduos orgânicos decompostos. Enquanto isso, Vieira (2010) pontua que as águas mais bem qualificadas para o uso, ou seja, as águas boas seriam aquelas canalizadas e buscadas longe dos centros populosos da capital paraense, em detrimento das águas oriundas dos poços e das fontes públicas tradicionalmente utilizadas pela população. Apesar disso, é preciso atentar que o uso desta acabava por se fazer necessário se pensarmos a escassez de

água canalizada ainda em um processo de incipiente de implementação, assim, corresponderia à parcela pouco significativa do uso total da água em Belém.

Parte dos moradores de Belém sofriam com os males provocados pela falta d'água nas bicas colocadas por essa capital tropical. Tal escassez influenciava diretamente na famigerada relação entre população belenense com ausência da água que resultava em diversas reclamações. Dadas às motivações da falta d'água, moradores do Bairro de Batista Campos reclamam dos arrendatários da Companhia das águas, a qual “mandou fechar a comunicação das águas (...) ficando assim os moradores da mesma villa (...) privados de se refrescarem as suas gargantas e cosinharem o seu feijão”.(FOLHA DO NORTE, 1900: 2b) Nesse caso, a reclamação se pauta nos usos domésticos necessários aos moradores, pondo em evidência a necessidade basilar do líquido. Eduardo Silva (1988: 25) em *As queixas do Povo* apresenta uma queixa parecida feita ao *Jornal do Brasil* no ano de 1905, quando algumas pessoas residentes no Morro da Providência reclamavam estar “sem uma gota d'água em suas bicas”. O autor aponta que, “em alguns bairros as ruas não eram capinadas há mais de um ano e, na Av. Nossa Senhora de Copacabana, o mato já atingia um metro de altura”. Nessa medida, as celeumas acerca da água não estariam circunscritas somente ao espaço de Belém, outras cidades brasileiras também sofreram com o mesmo malogro.

Se por um lado a ausência da água causava contendas na cidade, sua abundância seria pauta para providências das autoridades políticas. Nesses anos findos do século XIX e na aurora do XX, há uma preocupação relacionada a higienização e salubridade de ruas, praças, avenidas, vielas da capital paraense. Não é a toa que o Conselho Municipal de Belém através de suas Leis e Resoluções Municipais, no capítulo XII, referente a “pântanos, águas pluviais, lixos e imundícies”, o art 46º indica que “os possuidores ou proprietários de terrenos alagados ou pantanosos são obrigados a exgottar os pântanos ou aterrar e beneficiar os terrenos, de maneira a torná los enxutos e salubres” (BELEM, 1899: 35). Os dirigentes do período estavam eivados de conceitos higienizadores em que o dessecamento de áreas pantanosas e rios possibilitaria rechaçar transmissores de doenças palustres. Ao mesmo tempo, tais áreas naturais ou consequentes das ações humanas na cidade, por esta legislação, mesmo dizendo respeito ao espaço público da cidade, aparecem aqui como responsabilidade de seus moradores e não dos poderes públicos. Isto nos sugere então o fato de que os problemas decorrentes dessas áreas pantanosas na cidade eram pensados como da população

que viviam nelas e não como um problema de toda a sociedade. Tal perspectiva vai ao encontro dos preceitos higienistas da época e da própria associação entre pobreza e a falta de higiene, que levou, por exemplo, ao combate a áreas insalubres e à demolição de cortiços.

Através do veículo de comunicação de Lauro Sodré, o jornal *Folha do Norte*, encontram-se reivindicações junto à intendência. Para isso, fora, até mesmo, criada uma coluna no jornal inicialmente denominada *Reclamações* e futuramente *Reclamações do Povo*. O interesse do adversário político de Lemos seria interagir com a população, dando voz a ela visando alcançar o “Calcanhar de Aquiles” da gestão municipal, os eleitores. E ainda, abrir uma janela aos aspectos negativos velados pelos relatórios do intendente. Caso típico seria o referente aos moradores da Travessa S. Matheus, situada entre São Miguel e Conceição. Segundo os denunciante, a rua estaria em um estado de submersão total somente podendo “sair sem sapatos e de calças enroladas até o joelho”. É informado ao jornal que no momento de sair à labuta diária “é neste bello estado que saímos de nossas casas, fugindo, aos pulos, da contingencia de morrermos sufocados pelo Mao cheiro que ali se aspira”. Através da denuncia, percebem-se alguns problemas causados pela água. O primeiro, o alagamento que molha as roupas criando certo constrangimento a quem é obrigado a passar pelo local cotidianamente. O segundo, o mau cheiro que inconveniente, incomoda aos moradores das proximidades. Mesmo sem ser relatada a causa do alagamento, é possível imaginar que pelo período, as chuvas somadas ao ainda péssimo sistema de saneamento da capital foram as culpadas. Nesse sentido, as águas de Belém representariam um malefício, uma preocupação que fica ainda mais evidente quando, ainda na mesma denúncia, é acusada uma preocupação com a saúde das crianças, filhos dos residentes que estariam ficando enfermos por conta desses alagadiços (FOLHA DO NORTE, 1899: 2a).

Apesar da faceta negativa e a representação dos receios da população e comunidade política com as águas de Belém, é preciso compreender que essa mesma natureza que provoca questionamentos, incômodos e reivindicações pela população, tem papel fundamental na construção dessa *urbe* nos trópicos. Assim, a remodelação da cidade envolta de uma natureza viva, participante, genuinamente constituinte do ambiente da cidade se mostra também singular quando da domesticação pelo homem. O Bosque Municipal, por exemplo, que sofreu uma reforma promovida por Lemos no ano de 1901, contaria com “quatro vistosos igarapés, que se distribuem em artística e bella sinuosidade”. O intendente descreve o igarapé que

cortam o bosque como “encachoeirados, marginados de grupos de pedras, cortados por sete passadiços diferentes, cada qual mais caprichoso e belo”.(BELEM, 1902: 196a)

Entre políticas, reclamações e ação natural as águas em Belém aparecem nos mais diferentes discursos e se apresentam enquanto fundamental na vida da população. A relação por vezes afetiva e em outros momentos famigerada, oferece um campo vasto de representações que ela deixa marcada.

### **Os Animais**

Proponho aqui mostrar as formas como os animais seriam vistos e utilizados pela população que vivia em Belém na virada do século XIX para o XX. Atento especificamente para a preocupação dos governos em não perder de vista os ideais civilizatórios. A leitura da documentação indica que na cidade de Belém os animais são parte integrante da sociedade e não podem ser dissociados de seus costumes, tradições, alimentação e reclamações. Estes estão presentes nas ruas através de seu uso para a locomoção da população a exemplo dos cavalos, estão nos quintais a exemplo das criações de galinhas para venda e ou alimentação dos criadores, estão no interior das casas como animais domésticos a exemplo dos cães e dos gatos. Assim, Os animais, tal como, os cidadãos belenenses naquele momento eram participes dessa nova roupagem que ganharia Belém a partir dessa aurora republicana, um novo momento queurgia. Para tanto, todas as medidas tomadas visando à melhoria da atmosfera do meio urbano também se destinava aos animais, o que é nítido em sua legislação.

Como uma de suas primeiras medidas a frente do cargo da Intendência, como conta o próprio Lemos, aboliu a “pratica, então consentida francamente pelo poder municipal, de pastorearem gados em logares centraes”. Segundo ele, esses lugares já eram muito povoados. No discurso propalado, tal medida fora perpetrada a partir de uma orientação econômica. Desse modo, a intensa movimentação da região comercial/portuária de Belém que levou a valorização desse espaço e o direcionamento da opulenta elite para bairros como o de Nazaré, Umarizal e Batista Campos(SARGES, 2010: 179). No pensamento Lemista, a elite que agora gozava dos privilégios de áreas centrais e bairros orientados nas regiões de relevo da cidade, não poderiam sofrer com os malefícios causados por esses animais no centro. Cabe aqui salientar que, gado bovino ou animais que pastoreiam (tal como cavalos, vacas, carneiros etc.)

atraem mosquitos e exalam um odor que deveria ser mantido longe da área central da capital, afastando um possível incomodo aos moradores dessa área. Contudo, esses mesmos bichos poderiam pastorear em outros pontos da cidade. O próprio governante pontua que resolveu por “designar para aquelle fim os subúrbios de Belém, a partir da praça Floriano Peixoto, para o lado oriental, exceptuando a rua José Bonifácio, onde está situado o cemitério Santa Izabel”.

Nesse bojo situa-se o Curro Público. A população descontente com sua administração vai aos jornais se queixar contra “o lastimoso estado em que atualmente se encontra (...), cuja imundice repugna ao primeiro golpe de vista” (FOLHA DO NORTE, 1899: 2b). De tal modo que, acusam piorar a situação quando nos momentos de matança dos animais. O mais interessante é que o próprio intendente admite que, apesar dos reparos feitos, o curro já não suporta o trafego de pessoas existente e ainda mantém um aspecto desagradável, uma “aparência de velharia” não escondendo que se faz necessária uma substituição da estrutura que se apresentava (BELEM, 1902: 82-83a).

Partindo da logica de higienização da sociedade, o Conselho Municipal decretava em 1900, através de suas Leis e Resoluções, no seu capítulo XII art. 49º a proibição para “Enterrar animaes ou carnes deterioradas fora dos logares designados pela municipalidade” (BELEM, 1899: 35). Apesar disso, os logradouros públicos seriam alvo de diversas afrontas a esta legislação municipal. Apesar da tentativa das autoridades, na prática, ainda se notavam diversas digressões daquilo que seria preconizado pela intendência. Dessa forma, parte da população, se queixaria acerca dos animais que estariam sendo enterrados em lugares indevidos. Moradores da Travessa Apinagés, por exemplo, faziam referência a Companhia Urbana por se preocuparem com o fedor que exalava da Cocheira da Batista Campos, segundo denuncias, seria onde estariam sendo enterrados animais (FOLHA DO NORTE, 1899: 2c). Os queixumes não cessariam por ai. Em três de Novembro de 1899, a população reclamava sobre um cavalo morto que havia sido deixado no meio da rua e “meia dúzia” de dias que o animal “espichou a canela”. Dez dias depois, moradores da capital, dessa vez da Avenida Conselheiro Furtado, voltavam a reclamar junto à intendência contra os animais mortos alegando “grave prejuízo para a higiene” (FOLHA DO NORTE, 1900: 2c).

Os animais, por vezes, também teriam quem os defendesse contra as agressões perpetradas pelos homens. Não seriam apenas culpados pela fedentina no centro da capital, ou ainda, associados a intendência que permitia suas carniças apodrecerem por vários dias

atrapalhando o curso das pessoas e exalando fedor e foco de miasmas. Através da *Folha do Norte* moradores da Travessa 14 de Março reclamariam contra a ação de ingleses, aos quais ela refere como Súditos de S. M. Graciosa, a rainha Victoria. Segundo os reclamantes, dia e noite os referidos estariam atirando em “inofensivos gatos que andam por lá a miar sua fome” (FOLHA DO NORTE, 1900: 2d). Isso mostra que para além de um estorvo, os animais teriam outra representação, deveriam ser zelados pela população, afinal, por que ferir um animal indefeso? Àquele que fez a denuncia, provavelmente, seria mais fácil alimentar o animal a espanta-lo ou mata-lo com os tiros disparados. No entanto, para os ingleses acusados, os gatos poderiam merecer a morte por atrapalhar os seus desejos oníricos.

### **As áreas verdejantes**

Em Belém, é possível observar uma preocupação por parte das autoridades com a criação de áreas verdes no espaço da cidade no início do século XX. Historia parecida viveu-se em Manaus, capital do Amazonas, que também teve seu crescimento econômico impulsionado pelos negócios da borracha. Edinea Dias aponta que nesse momento, havia uma valorização da vegetação no meio urbano, se projetando uma Manaus “higienizada, formosa, arborizada a arborização que contribui, de forma benéfica, para as condições de salubridade da *urbe*”. Acrescenta ainda que outras capitais como “Londres, Paris são sempre lembrados pelos seus parques, jardins praças e ruas, motivando a arborização dos jardins da matriz” (DIAS, 1999: 32).

Tal projeto de arborização, de transformar a grande cidade em Capital Verde, também fora reproduzido em Belém. Analiso-as à partir das áreas verdejantes, principalmente, neste caso, as mangueiras como objeto de frondosas e lisonjeiras palavras acerca de sua inserção na sociedade de Belém. Tendo em vista que não seria meramente o plano de ornamentação, a *Mangífera Indica* foi planejada para a cidade a fim de fornecer-lhe uma identidade. Por isso, até hoje, Belém ainda é reconhecida como a “Cidade das Mangueiras”, capital que possuiria um sem número da espécie espalhada por toda sua extensa circunscrição.

A Ornamentação dos logradouros paraenses fora feito principalmente através de uma árvore que pudesse atender a algumas exigências da administração municipal. O próprio Lemos já considerara anteriormente outras espécies, tal como, a Amendoeira, Sumaumeira ou

ainda a Mutambeira. No entanto, nenhuma destas se enquadrava no perfil que seria exigido. Para tanto consideraria a “superioridade da mangueira (...), cujas qualidades são numerosas”. Entre outras razões, enquadrava-se nos planos municipais, pois “Com efeito, desenvolve-se com rapidez, cresce a alturas consideráveis e esgalha com regularidade”. Somado a isso, ainda se aliançaria “as vantagens de uma folhagem densa e constantemente renovada. Sua sombra é ampla e perfeita” (BELEM, 1902: 200a). Assim, evidencia-se a escolha da Mangueira como um símbolo desse “fausto” modernizador belemense que estamparia em representações o alicerce da Natureza no processo de transformação urbana.

No ano de 1906, os médicos sanitaristas Victor Godinho e Adolpho Lindenberg fizeram viagens pelo norte do Brasil, a fim de conhecer e dar luz a uma avaliação sobre o processo de transformação que ocorria nessa região além de identificar as informações que chegavam ao sul do país. Através de um minucioso relatório, acabaram por escrever um livro chamado *Norte do Brazil: através do Amazonas, do Pará ao Maranhão* classificaram como primeira imagem “uma paisagem que oferece pouca coisa de interessante”. Contudo, ao penetrar pelo território foram ponderando novas considerações. Já na área comercial identificam um “extraordinário movimento de transeuntes, carros, carroças e bondes como o que estão a dizer que o viajante já chegou á primeira cidade do Norte do paiz” (GODINHO & LINDENBERG, 1906: 98).

No tocante a ornamentação da cidade, os médicos deram ênfase a as mangueiras que apontam ser responsáveis por um “alívio pra quem vem açoutado pelos raios ardentes de um sol a pino”. Estão presentes por diversas vias da cidade, entre elas, a Avenida Nazaré onde a arborização mostra-se “imponente”, provocando aquele que a observa desde seu início uma sensação do belo, da plasticidade da paisagem por sua “grande extensão retilínea, pela altura das arvores que a margeiam”. Dessa forma, formariam “um grande túnel de verdura, umbroso e fresco” (Ibidem, 1906: 99-100).

Luís Otávio Airoza (2008) o plantio das mangueiras em solo paraense se deu muito antes do velho intendente. Em 1779 brotaram as primeiras sementes da *Mangífera Indica* em Belém e os primeiros lugares que foram agraciados com a germinação foram às propriedades particulares de João Manoel Rodrigues e do arquiteto Antonio José Landi. A árvore que se tornou símbolo da cidade nasceu na Ásia. Airoza (2008) aponta que o que reforçaria tal tese seria sua popularidade em países como Índia, Paquistão, Bangladesh e Sri Lanka. Seu fruto e

sua folha estariam associados à fortuna, abundância e fertilidade. Sendo ainda representados em cerimônias religiosas do hinduísmo, budismo e islamismo.

O arvoredo de amplas dimensões representava também um meio de alimentação para população mais empobrecida, não era de estranhar-se, semelhante ao que acontece ainda hoje, o apedrejamento de mangueiras no intuito de roubar-lhe seus frutos. Ao “apedrejador de mangueiras” seria vedado o direito de se deleitar com os frutos do patrimônio público. Para conter tais ações, o município de Belém decretou a “multa de 100\$, expulsão imediata para fora do jardim, parque ou bosque, e pagamento do dano que causar, sendo o infrator detido pelo guarda ou administrador do jardim, para ser entregue á autoridade competente” como punição aqueles que transgredirem a lei (BELEM, 1901: 54).

Leis e condutas foram estabelecidas para serem obedecidas, no entanto, em 26 de Dezembro de 1902, a intendência registraria através da documentação de atos e resoluções que haviam se intensificado os apedrejamentos e varejamentos de árvores situadas em praças e vias públicas, indo contra o Código de Policia municipal e desobedecendo ao prescrito pela autoridade local (BELEM, 1902: 143b). Apesar das precauções tomadas pela autoridade municipal, havia ainda aqueles que agissem contra a vontade proposta pela intendência, exemplo disso, eram pessoas consideradas como “grupo de vadios” denunciados por ter como diversão “apedrejar uma mangueira” (FOLHA DO NORTE, 1901: 2). É possível, assim, inferir as diferentes representações que a natureza pode ganhar. As apropriações feitas pela intendência através de um discurso de preservação para fins estéticos, de valorização do comportamento preconizado não parece ser difundido ou pelo menos não alcança da mesma forma a toda sociedade.

Na Rua dos Tamoios os moradores reclamariam da intendência em relação a sua falta de zelo com as ruas adjacentes a praça Batista Campos e a população criticava: “ como se já não bastassem os covões e as depressões do terreno, para piorar o estado [?] que bem tratada será uma das mais belas avenidas que vão ter á praça Baptista Campos, o capim, o mato, as valas infectas e o lixo”(FOLHA DO NORTE, 1900: 2e). Assim sendo, a praça que era alvo de elogiosos discursos da natureza que embelezaria o ambiente, também sofreria com a natureza que agrediria os olhos e fazia mal a saúde da população e dos transeuntes que passavam pelo local. O intendente, contudo, afirma em seu relatório que no ano de 1900 fora aprovada pelo Conselho Municipal uma lei que foram propostos “planos para converter em bosque o

ajardinamento da praça”, sendo importante manter a estrutura arquitetônica estética, desse modo, faria uma reforma, com cuidado para que com a “alteração não ficasse prejudicada a grande obra de arte allí projectada” anteriormente. Para tanto, o interesse do político seria transformar a praça num “grande parque com as arvores plantadas em linhas convergentes, qualquer que seja o ponto d’onde se olhe” (BELEM, 1902: 184a). Propunha assim, a valorização do espaço alinhavando características verdes, a modernização estética pelo plano natural, a natureza como um alicerce da Civilização nos trópicos.

Diante da documentação pesquisada, percebemos que na virada do século XIX para o XX, em Belém do Pará, podemos perceber a natureza sendo compreendida de formas diversas pelos discursos proferidos pelas autoridades ou através da voz de populares. Neste artigo, busquei investigar algumas apropriações e compreensões da natureza feita seja por populares, autoridades políticas ou olhares estrangeiros a cidade. Neste ambiente se construía diversas imagens acerca da paisagem citadina, que era alvo constante de transformações alicerçadas no ideário republicano da ordem e do progresso.

As reclamações no jornal *Folha do Norte* nos sugere contradições ao discurso oficial na medida em que, muitas vezes, a água parada existente na cidade era resultado do processo de aterramento de áreas alagadas que visavam à ampliação de ruas e o embelezamento da *urbe* que se construía. Percebe-se assim de um lado havia por parte da Intendência Municipal de Belém um interesse em transformar esta natureza, em suas diversas formas. Interessou-me compreender os significados atribuídos pelos poderes públicos e pelos moradores de uma maneira geral da cidade de Belém a três elementos naturais importantes presentes na capital paraense: a água, dos animais e vegetais.

Assim, o objetivo aqui foi o de compreender as consequências acerca das transformações ocorridas na cidade de Belém em fins de século XIX e início do XX afetaram as diversas visões acerca do mundo natural. A forma como os administradores da cidade, principalmente, como o Intendente Antonio Lemos e outros moradores referiam-se aos logradouros nos permitem perceber como esta população que vivia em Belém na virada do século XIX para o XX atribuía sentidos à água, à fauna e aos espaços verdes. Igualmente, nos permite perceber como estes moradores percebiam a ausência, a abundância, a necessidade ou a aversão a esses elementos naturais.

## FONTES

BELÉM. Intendente, 1897-1902 (Antonio José de Lemos). **O município de Belém: 1897-1902** – Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém em 15 de novembro de 1902.

Belém: Typographia Alfredo Augusto Silva, vol 1. 1902.a

BELÉM, Intendencia Municipal. **Actos e Decisões do Executivo Municipal (1902)**. Belém: Secção de Obras d'A Provincia do Pará, 1902.b

BELÉM, Conselho Municipal: **leis e Resoluções Municipaes**. Certificados na Administração Municipal do Senador Antonio José de Lemos. Pará. Typographia d'o Pará. 1901.

BELÉM, Conselho Municipal. **Leis e Resoluções Municipaes (1900)** – Codificadas na Administração municipal do Senador Antonio José de Lemos. Belém: Typ. de Tavares Cardoso & Ca., 1901.b

BELÉM, Conselho Municipal. **leis e Resoluções Municipaes (1902)**. Codificação reeditada na administração. Pará. Imprensa oficial do Estado. 1916.

*Folha do Norte*, 02 de Janeiro de 1899. p.2.a

*Folha do Norte*, 13 de Novembro de 1899, p.2b

*Folha do Norte*, 23 de Dezembro de 1900: 2a

*Folha do Norte*, 27 de Outubro de 1900 p.2b

*Folha do Norte*, 26 de Julho de 1900 p.2c

*Folha do Norte*, 31 de Janeiro de 1900, p.1d

*Folha do Norte*, 23 de Dezembro de 1900, p.2e

*Folha do Norte*, 10 de Janeiro de 1901 p.2.

## BIBLIOGRAFIA

AIROZA, Luís Otavio Viana. **Cidade das Mangueiras: aclimação da mangueira e arborização dos logradouros belenenses**. [dissertação]. Belém, 2008.

ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. [Tese de Doutorado]. (PUC – SP). São Paulo – 2010

- BATISTA, Luciana Marinho. “**Muito Além dos Seringais: Elites, Fortunas e Hierarquias no Grão-Pará, c.1850 – c.1870.** (dissertação). UFPA: Belém. 2010.
- BRESCIANI, Maria Estela. **Londres e Paris no Século XIX: O Espetáculo da Pobreza.** Editora Brasiliense. São Paulo, 2004.
- CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Cidade Sebastiana.** Era da Borracha, Memória e melancolia numa Capital da Periferia da Modernidade. Belém, Edições do autor, 2010.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores pobres no Rio de Janeiro na belle-époque.** São Paulo: Brasiliense, 1986;
- \_\_\_\_\_. *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações.**, Lisboa. 1990.
- PRADO, Maria Ligia & CAPELATO, Maria Helena Rolim “A Borracha na Economia Brasileira da Primeira República” In: FAUSTO, Boris (org). **História Geral da Civilização Brasileira**, v. 8. Difel, 1977;
- COSTA, Ângela Marques & SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1890-1914. **No Tempo das Certezas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. **A Ilusão do Fausto – Manaus 1890-1920.** Manaus: Valer, 1999
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza.** Autêntica, São Paulo, 2005.
- GODINHO, Victor & LINDENBERG, Adolpho. **Pará.** IN: Norte do Brazil: Através do Amazonas do Pará e Maranhão. Laemmert & C.: Rio de Janeiro e São Paulo, 1906. p.98.
- SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia: 1800-1920.** São Paulo: T.A.Queiroz, 1980;
- SARGES, Maria de Nazaré. “Riquezas, Tributos e Mercado de Trabalho em Belém (1890-1910)”. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & ALVES, Moema Bacelar (orgs.). **Tesouros da memória: história e patrimônio no Grão-Pará.** Belém: Ministério da Fazenda – Gerência de Administração no Pará/ Museu de Arte de Belém, 2009, pp.181-191;
- \_\_\_\_\_. **Belém, Riquezas produzindo a Belle Epoque (1870 – 1912).** Belém: Paka-Tatu, 2010.
- SILVA, Ivo Pereira. **Terra das águas: uma história social das águas em Belém, século XIX.** Dissertação de Mestrado. UFPA. Belém, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. **A Borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**.

São Paulo: Hucitec/EdUSP, 1993.

WORSTER, D. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, 1991.